



# AJUDA MEMÓRIA DA 4ª REUNIÃO DO CONSELHO DO PROJETO GEF-MAR

Brasília, abril de 2018

### Lista de siglas:

ABEMA	Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente
ACRE	Área de Conservação e Reprodução de Espécies
APA	Área de Proteção Ambiental
Banco Mundial	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CCDRU	Contrato de Concessão de Direito Real de Uso
CIRM	Comissão Interministerial para os Recursos do Mar
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CNPT	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais
CONFREM	Comissão Nacional para o Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Extrativistas Costeiros e Marinheiros
CP	Conselho do Projeto
CP	Conselho do Projeto
DAP	Departamento de Áreas Protegidas
DECO	Departamento de Conservação de Ecossistemas
DESP	Departamento de Conservação e Manejo de Espécies
DGAT	Departamento de Gestão Ambiental Territorial
DIBIO	Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade
DIMAN	Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação
DPES	Divisão de Projetos Especiais
EMA	Estado Maior da Armada
FUNBIO	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
GEF	Global Environment Facility
GT	Grupo de Trabalho
IAB	Iniciativa Azul do Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INI	Instrução Normativa Interministerial
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MB	Marinha do Brasil
MCTIC	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MME	Ministério de Minas e Energia
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
PREPS	Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite
RESEX	Reserva Extrativista
RGP	Registro Geral da Pesca
SALVE	Sistema de Avaliação do Estado de Conservação da Biodiversidade
SBio	Secretaria de Biodiversidade
SEAP	Secretaria Especial de Aquicultura e da Pesca
SPG	Secretaria de Petróleo e Gás
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
UC	Unidades de Conservação
UCP	Unidade de Coordenação do Projeto
WWF	World Wide Fund for Nature (Fundo Mundial para a Vida Selvagem e Natureza)

## Memória da 4ª Reunião do Conselho do Projeto GEF-Mar

### I. Abertura: boas vindas, apresentação dos participantes e revisão da pauta da reunião

Foi realizada nos dias 19 e 20 de abril de 2018, no Ministério do Meio Ambiente – MMA em Brasília, a 4ª reunião do Conselho do Projeto (CP) GEF-Mar. Para direcionamento da reunião foi acompanhada a seguinte pauta:

Dia 19/04 (quinta-feira)			
Horário	Pauta	Componente	Responsável
09:30	Abertura: boas vindas, apresentação dos participantes e revisão da pauta da reunião		DAP/MMA
10:00	Revisão dos encaminhamentos da reunião anterior	4.1	DAP/MMA
10:30	Criação: apresentação das UCs criadas e das propostas de criação em andamento	1.1	DAP/MMA e DIMAN/ICMBio
11:00	Consolidação: Apresentação do andamento dos processos de adesão das UCs estaduais já apoiadas; e das propostas recebidas de novas UCs federais a serem apoiadas pelo Projeto	1.2	DAP/MMA
15:00	Áreas de Conservação e Reprodução de Espécies - ACREs	1.1	DESP/MMA
<b>12:00</b>	<b>Almoço</b>		
11:30	Consolidação: Apresentação do andamento da consolidação das UCs federais	1.2	DIMAN/ICMBio
14:00	Principais resultados dos subprojetos de Integração com as Comunidades	1.2	CONFREM
14:30	Áreas prioritárias para a conservação da zona marinha e costeira	1.1	DECO/MMA
15:30	Sustentabilidade Financeira	2.1	MMA, ICMBio e Funbio
16:00	Gestão financeira do Projeto	4.2	Funbio
16:30	Avaliação de Espécies e Planos de Ação Nacionais	3.2	DIBIO/ICMBio
17:00	Informes e encerramento do primeiro dia		DAP/MMA
Dia 20/04 (sexta-feira)			
9:00	Abertura do segundo dia		DAP/MMA
9:30	Pesquisa e Monitoramento	3.1	DIBIO/ICMBio
10:00	Avaliação do estado de conservação das espécies	3.2	DIBIO/ICMBio
10:30	Planos de Redução de Impactos (PRIM)	3.2	DIBIO/ICMBio
11:00	Encaminhamentos e encerramento		DAP/MMA

**Tabela 1: Pauta da 4ª reunião do Conselho do Projeto GEF Mar**

Moara Giasson (Diretora do Departamento de Áreas Protegidas do Ministério do Meio Ambiente do Ministério do Meio Ambiente – DAP/MMA), fez a abertura da reunião dando as boas-vindas e informando a pauta da reunião.

Na sequência, todos os participantes se apresentaram:

Nome	Órgão/Unidade	E-mail	Telefone
Adriana G. Moreira	Banco Mundial	amoreira@worldbank.org	(61) 3329-1000
Adriana R. Leao	DPES/DIMAN/ICMBio	adriana.leao@icmbio.gov.br	(61) 2028-9647
Ana Hermínia S. Bella Soares	DIBIO/ICMBio	anaherminiabella@gmail.com	(61) 99824-0165

Ana Paula L. Prates	DECO/SBio/MMA	anaplprates@gmail.com	(61) 2028-2028
Andrei Polejack	MCTIC	andrei.polejack@mctic.gov.br	(61) 2033-7612
Andrea Varella Teixeira	DESP/SBio/MMA	andrea.varella@mma.gov.br	(61) 2028-2302
Andrea S. V. Carvalho	DPES/DIMAN/ICMBio	andrea.carvalho@icmbio.gov.br	(61) 2028-9316
Anna Carolina R. Lins	DIBIO/ICMBio	carolinalins.icmbio@gmail.com	(61) 2028-9304
Betânia S. Fichino	DAP/SBio/MMA	betania.fichino@mma.gov.br	(61) 2028-2565
Carlos Alberto Santos	CONFREM/BA	cofrembrasil@gmail.com	(73) 99949-0963
Daniela Leite	FUNBIO	daniela.leite@funbio.org.br	(21) 2123-3531
Fernanda F. C. Marques	FUNBIO	fernanda.marques@funbio.org.br	(21) 2123-5361
Guth Berger Falcon	DIBIO/ICMBio	guth.berger@gmail.com	(61) 99224-6667
José Conceição de Jesus	CONFREM/BA	zecedoveleiro@gmail.com	(73) 98808-6602
Julia Zapata R. D.	DIMAN/ICMBio	julia.zapata@icmbio.gov.br	(61) 2028-9078
Katia Torres Ribeiro	DIBIO/ICMBio	katia.ribeiro@icmbio.gov.br	(61) 2028-9076
Mariana Corá	WWF	marianacora@wwf.org.br	(11) 96064-5765
Mariana Graciosa Pereira	DAP/SBio/MMA	mariana.pereira@mma.gov.br	(61) 2028-2455
Moara M. Giasson	DAP/SBio/MMA	moara.giasson@mma.gov.br	(61) 2028-2559
Paula M. Pereira	DECO/SBio/MMA	paula.pereira@mma.gov.br	(61) 2028-2292
Rafael A. Dias	DECO/SBio/MMA	rafael.dias@mma.gov.br	(61) 2028-2547
Raissa de Araujo Nogueira	DIBIO/ICMBio	raissa.nogueira@gmail.com	(21) 96954-7245
Renata Medeiros	CNI	rmedeiros@cni.gov.br	(61) 3317-9250
Renato Lima F. Sampaio	SPG/MME	renato.sampaio@mme.gov.br	(61) 2032-5815
Ricardo Brochado	DIMAN/ICMBio	ricardo.brochado@icmbio.gov.br	(61) 2028-9441
Ricardo César de B. Oliveira	ABEMA	ricardocesarb@yahoo.com	(82) 98833-9108
Rodrigo S. P. Jorge	DIBIO/ICMBio	rodrigo.jorge@icmbio.gov.br	(60) 2028-9165
Ronaldo Weigand	Consultor	ronaldo@naveterra.net	(61) 98166-6074
Siddhartha Costa	MCTIC	siddhartha.costa@mctic.gov.br	(61) 2033-7851
Tathiana Chaves de Sousa	DIBIO/ICMBio	tathiana.sousa@icmbio.gov.br	(61) 2028-9069 (61) 98529-5338
Teresa Cristina C. Soares	EMA/MB	teresa.cristina@marinha.mil.br	(61) 3429-1394
Thomas Christensen	DIBIO/ICMBio	thomas.christensen@icmbio.gov.br	(61) 2028-9049
Ugo E. Vercillo	DESP/SBio/MMA	ugo.vercillo@mma.gov.br	(61) 2028-2132
Wilma dos Santos Cruz	MME	wilma.cruz@mme.gov.br	(61) 2032-5278

**Tabela 2: Lista de presença da 4ª reunião do Conselho do Projeto GEF Mar**

Ao final das apresentações, Moara Giasson (DAP/MMA) informou a celebração de Termo de Compromisso entre IBAMA e Petrobras, que prevê o aporte de 60 milhões de reais ao Projeto GEF Mar.

## **II. Revisão dos encaminhamentos da reunião anterior**

Moara Giasson (DAP/MMA) apresentou o andamento dos encaminhamentos da reunião anterior, conforme registrado na tabela abaixo (anexo 1):

<b>ITEM</b>	<b>O QUE</b>	<b>QUEM</b>	<b>QUANDO</b>	<b>OBS</b>
1	Ajustar a recomendação número 09, da ajuda memória da reunião anterior, para: “coordenar a implementação de ações de ordenamento específico para espécies/áreas com necessidade de recuperação”	UCP/MMA	Imediato	Realizado e enviado junto com a ajuda memória da

				reunião passada
2	Enviar ao DECO/MMA uma relação com os objetivos das dez consultorias contratadas na área de gestão pesqueira e seus resultados à medida que sejam desenvolvidas	Secretaria de Pesca	Outubro/2017	
3	Considerar quais sugestões apresentadas pelos conselheiros podem ser incorporadas pela metodologia de revisão de Áreas Prioritárias para a Conservação: <ul style="list-style-type: none"> <li>• cartografias sociais feitas junto com comunidades;</li> <li>• cartas náuticas;</li> <li>• mapa do diagnóstico da zona costeira, elaborado no âmbito da CIRM;</li> <li>• metodologia Socmon;</li> <li>• inclusão de informações de diversos setores, permitindo a análise e a elaboração de mapas de áreas prioritárias para outras frentes como pagamentos por serviços ambientais, pesca artesanal, entre outros</li> </ul>	DECO/MMA	Novembro/2017	A ser apresentado pelo DECO/MMA
4	Apresentar as ações de revisão das áreas prioritárias no Revimar	MMA	Outubro/2017	Realizado
5	Pensar em estratégia de melhorar o sistema PREPs para fornecimento de dados futuros	MMA, MDIC, IBAMA e Marinha	2017/2018	Será discutido do grupo de coordenação do PREPS
6	Verificar discrepâncias do sistema do Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite (PREPS) e elaborar proposta de modernização do sistema	Marinha	Março/2018 (próxima reunião do CP)	
7	Realizar reunião para discutir contrapartida da Petrobras e articulação em alto nível para solucionar a questão	MMA e BIRD	Outubro/2017	Realizado. Temo de Compromisso assinado
8	Encaminhar os resultados da discussão na CIRM sobre coral-sol à SBio/MMA	MCTIC	Outubro/2017	
9	Articulação com o IBAMA para discutir a possibilidade de recursos de conversão de multas para o Projeto	UCP/MMA	Outubro-Dezembro/2017	Articulação sobre Temo de Compromisso
10	Atentar para a efetividade da participação local nos processos de planejamento do Projeto	UCP/MMA	Durante etapa de planejamento	A ser realizado no próximo planejamento juntamente com executores do Projeto
11	Ajustar o formato e pauta das reuniões do CP considerando sugestões dos conselheiros: <ul style="list-style-type: none"> <li>• incluir na pauta espaço para a fala de cada representante para que possam trazer para o Conselho as demandas do grupo que representam;</li> <li>• circular documentos que definem papel e funcionamento do CP junto com convite para a reunião do CP</li> </ul>	UCP/MMA	Prévio à próxima reunião do CP	Realizado

12	<p>Verificar qual o melhor formato e implementar outros fóruns de discussão previstos no Projeto para discussões levantadas pelos conselheiros, considerando sugestões apresentadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• fórum para os beneficiários diretos do Projeto;</li> <li>• inclusão de discussões operacionais nas Missões de Supervisão do Projeto;</li> <li>• formalização de consultas formais ao Banco sobre questões operacionais;</li> <li>• Grupos Técnicos de Trabalho (GTT) para temas específicos;</li> <li>• reunião prévia dos GTTs antes da Reunião do Conselho;</li> <li>• reuniões regionais, bimensais, com um ponto focal por região que possa puxar essa articulação, articuladas com o Funbio;</li> <li>• ampliação da participação nas reuniões do Comitê Operacional do Projeto (COP);</li> <li>• contribuição com a avaliação de meio termo do projeto por meio das entrevistas com o consultor contratado</li> </ul>	COP	Outubro-Dezembro/2017	<p>1. Criação de GTT de gestores, com participação de gestores de UCs federais e estaduais, centros de pesquisa e representantes comunitários, e com assento no CP, Missão e COP.</p> <p>2. Avaliação de meio termo em elaboração, com consulta aos diversos atores</p>
13	Pensar em uma estratégia de pesquisa científica para a iniciativa azul e incluir programas de pesquisa da CIRM	MMA e ICMBio	Outubro-Dezembro/2017	Incluso no documento base em construção

**Tabela 3: Andamento dos encaminhamentos da reunião anterior**

Em relação ao encaminhamento 06 (planejamento do Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite - PREPS), Teresa Cristina Soares (EMA/MB) informou que houve uma reunião com todos os integrantes do Instrução Normativa Interministerial (INI) que define a coordenação do PREPS e foram acordadas reuniões periódicas para tratar da modernização do sistema e reestruturação da gestão da pesca no Brasil, para ajuste da INI em função do retorno da agenda de pesca para a Secretaria Especial de Aquicultura e da Pesca (SEAP).

Já em relação ao encaminhamento 08 (reunião da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar - CIRM sobre coral sol), Ugo Vercillo (DESP/MMA) esclareceu que o relatório da discussão sobre o coral sol foi finalizado em outubro de 2017, enviado a todos os envolvidos na discussão e analisado pelo MMA, que promoveu oficina em março de 2018 para elaboração do plano de manejo do coral sol. O plano está em fase de revisão final, com perspectiva de que seja concluído até o final de abril de 2018, para início da implementação. Esclareceu que é importante um apoio para a implementação desse plano, mas isso deve ser discutido no âmbito dos objetivos e linhas de ação do GEF Mar.

Em relação ao encaminhamento 12 (implementação de fóruns de discussão), Teresa Cristina Soares (EMA/MB) sugeriu que a autoridade marítima da região das UCs possa fazer parte das reuniões do GTT de gestores, uma vez que são atores importantes na implementação das atividades do projeto localmente.

**Recomendação: sugerir ao GTT de gestores o envolvimento de representantes locais da marinha atuantes nas regiões do Projeto nas reuniões do Grupo de Trabalho.**

Por fim, em relação ao encaminhamento 13, (Iniciativa Azul do Brasil - IAB), Tathiana Chaves (DIBIO/ICMBio) propôs envolver a Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade (DIBIO/ICMBio) nas discussões sobre a Iniciativa, uma vez que a Diretoria recentemente concluiu um plano estratégico de pesquisa para o ICMBio que pode contribuir com essa construção.

**Recomendação: envolver a DIBIO nas discussões sobre a Iniciativa Azul do Brasil**

### **III. Criação: apresentação das UCs criadas e das propostas de criação em andamento**

Ricardo Brochado (DIMAN/ICMBio) fez uma apresentação sobre as Unidades de Conservação federais criadas na área marinha no último semestre, assim com sobre as propostas de criação em andamento (anexo 2).

Teresa Cristina Soares (EMA/MB) informou que o grupo que coordenará a gestão dos dois grandes mosaicos de unidades de conservação criados na região do Arquipélago de Trindade e Martim Vaz e Monte Columbia e do Arquipélago de São Pedro e São Paulo já está se reunindo, no âmbito da CIRM, para que possa ser feito um planejamento que dê garantia para a realização das atividades de forma sustentável. O decreto prevê que um planejamento para o manejo da pesca seja realizado em 180 dias.

Ricardo Brochado (DIMAN/ICMBio) esclareceu que o prazo foi estabelecido pela casa civil considerando a importância das áreas e das atividades que já ocorrem ali. Também informou que a pesca é o principal setor com ações na região e que, portanto, o planejamento irá tratar principalmente da gestão pesqueira na área. O ato que vem sendo trabalhado é um ato conjunto para ambas as unidades de conservação (UC), para definir gestão pesqueira nas áreas, com caráter mais específico voltado para a atividade pesqueira. Com ele finalizado a tendência é de que o Plano de Manejo da UCs seja realizado de forma rápida, uma vez que a principal questão já estará endereçada, incluindo o zoneamento.

### **IV. Consolidação: Apresentação do andamento dos processos de adesão das UCs estaduais já apoiadas**

Moara Giasson (DAP/MMA) apresentou o histórico e andamento das ações das UCs estaduais no GEF mar (anexo 1). Ao final da apresentação, solicitou à ABEMA que possa acompanhar a execução dessas UCs, como forma de apoiar a articulação de suas ações no Projeto.

Carlos Alberto Santos (Confrem) lembrou outras unidades de conservação que poderiam ser incorporadas ao GEF Mar, informando que já foi enviada solicitação formal pela Confrem, já antecipando o próximo ponto de pauta. Reforçou o exemplo da Reserva Extrativista (Resex) da Bahia do Iguape, que tem realizado ações integradas com as UCs do Sul da Bahia.

### **V. Consolidação: Apresentação das propostas recebidas de novas UCs federais a serem apoiadas pelo Projeto**

Moara Giasson (DAP/MMA) apresentou as solicitações de apoio do Projeto a novas UCs, recebidas de diferentes atores (anexo 1).

Adriana Leão (DPES/ICMBio) esclareceu que além da Área de Proteção Ambiental (APA) do Delta do Parnaíba, também há a solicitação do ICMBio para apoio da Resex do Delta do Parnaíba. Júlia Zapata (DIMAN/ICMBio) acrescentou que a indicação das áreas levou em conta os critérios solicitados na Missão de Supervisão do Projeto, que indicou a necessidade de inclusão de uma área mínima de 60.000 hectares, incluindo território marinho. Moara Giasson (DAP/MMA) esclareceu que esses critérios devem ser seguidos, mas que com a entrada do novo recurso para o Projeto e a partir da lista de solicitações de inclusão de novas UCs recebidas, todas as UCs serão consideradas de forma que o conjunto de UCs selecionadas cumpra com a área solicitada pelo Banco Mundial.

Em relação ao planejamento do novo aporte de recursos ao Projeto, Carlos Alberto Santos (Confrem) ressaltou que a atuação do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT/ICMBio) no projeto GEF Mar foi diagnosticada como de grande importância para realização das ações de integração junto com as comunidades, uma vez que é um ponto importante de articulação dessas ações. Por essa razão, pontuou que é importante que sejam previstos recursos para o CNPT apoiar as ações do Projeto, assim como para o acompanhamento das ações do PAN manguezais, cuja responsabilidade de coordenação também é deste centro.

Tathiana Chaves (DIBIO/ICMBio) esclareceu que o recurso aportado para o componente de monitoramento da biodiversidade permitiu grande apoio aos centros de pesquisa marinha, mas que no momento de planejamento inicial do Projeto GEF Mar o CNPT não havia sido identificado como importante para essa linha de ação, mas que sua contribuição nesse processo pode ser revista.

Carlos Alberto Santos (Confrem) lembrou que no âmbito do monitoramento da biodiversidade deve ser considerada uma perspectiva de automonitoramento, que enxerga o papel do pescador como ator chave no processo, como instrumento de empoderamento político e de firmamento da importância da pesca artesanal. Nesse sentido, os demais centros de pesquisa precisam dialogar com CNPT para estabelecer protocolos de automonitoramento juntamente com as comunidades.

### **Recomendação: envolver CNPT no planejamento e integração das ações do Projeto**

Julia Zapata (DIMAN/ICMBio) apontou que as ações de integração com as comunidades foram planejadas depois do planejamento inicial do Projeto, de forma que algumas questões acabaram não sendo incluídas nessa etapa, mas que a solicitação colocada pela Confrem será encaminhada ao ponto focal do projeto no ICMBio.

Adriana Moreira (Banco Mundial) esclareceu que o desenho dos projetos sempre contemplou a integração com as comunidades, mas que é importante entender que essa integração deve ser coordenada por meio das UCs.

## **VI. Áreas de Conservação e Reprodução de Espécies - ACREs**

Ugo Vercillo (DESP/MMA) introduziu a apresentação dizendo que o foco das ações do Departamento de Conservação e Manejo de Espécies (DESP) no GEF Mar tem sido o fortalecimento das bases que permitem a proposição e fortalecimento das áreas de conservação e reprodução de espécies (ACREs). Essa construção é feita dentro do Sistema de Gestão da Pesca brasileiro, na forma de gestão integrada dentro do governo e com a sociedade civil (anexo 3).

Após apresentação, Moara Giasson (DAP/MMA) questionou se as propostas de ACREs estarão distribuídas por todo o território nacional. Ugo Vercillo (DESP/MMA) esclareceu que a análise é feita para toda a costa, e que as propostas ainda não estão definidas. Acrescentou que após a finalização das propostas, a efetivação da criação das ACREs deve ser tratada dentro do Sistema de Gestão da Pesca brasileiro, garantindo o envolvimento de diversos atores.

Teresa Cristina Soares (EMA/MB) lembrou que nessa etapa também devem ser considerados acordos internacionais vigentes. Ugo Vercillo (DESP/MMA) esclareceu que tais acordos já serão considerados pelo MMA na análise das propostas que chegarão dos consultores.

Ricardo Brochado (DIMAN/ICMBio) reforçou a importância da sinergia dessas análises com os estudos para criação, uma vez que áreas semelhantes podem ser indicadas tanto para criação de UC como para ACREs, de forma a serem conciliados melhores modelos de gestão para cada caso, inclusive com formalização de ACREs dentro de UCs.

Carlos Alberto Santos (Confrem) pontuou que as propostas de ACREs deveriam originar-se de uma pactuação local em não apenas de estudos. Reforçou que esse segundo momento de articulação local deve ser feito tanto com os pescadores como com outros setores de atividades que impactam diretamente essas áreas, como carcinicultura, turismo, entre outros. José Conceição (Confrem) complementou que embora seja muito positivo a criação dessas áreas protegidas (UCs e ACREs), durante o processo de criação deve ser considerada a viabilidade da consolidação da área, para que ela de fato conserve e proteja as comunidades que vivem em seu interior. Relatou diversos casos em que a falta de estrutura e foco na consolidação e estruturação para efetivação dessas áreas tem gerado muitos conflitos locais sérios, gerando mortes e comprometendo a vida nessas regiões, inclusive dentro de unidades de conservação já decretadas. Como exemplo, citou o problema dos Contratos de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) da Resex de Cassurubá.

Moara Giasson (DAP/MMA) agradeceu o depoimento e reforçou a importância de ouvir a realidade de quem está no dia-a-dia das UCs. Reforçou a importância do Projeto GEF Mar em fortalecer as organizações locais que podem dar esse apoio, tanto aos gestores das UCs como àqueles que contribuem com esse fortalecimento na sede das instituições.



Adriana Moreira (Banco Mundial) solicitou que o ICMBio verifique o que pode ser feito em relação especificamente aos casos relatados pelo José Conceição. Julia Zapata (DIMAN/ICMBio) informou que fará essa verificação.

Carlos Alberto Santos (Confrem) acrescentou que nas UCs cuja área não é exclusivamente marinha, a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) só concede CCDRU para a área marinha, e não da parte terrestre. A assinatura de uma CCDRU com essa restrição tem permitido que outros setores questionem a legitimidade das áreas terrestres dessas UCs. Indicou que é importante que o ICMBio dialogue com a SPU para que pelo menos as áreas terrestres que sejam indubitavelmente da união estejam inclusas na CCDRU (mangues, apicum etc). José Conceição (Confrem) sugeriu que seja feito um levantamento de toda a área das UCs nessas situações, revendo a CCDRU para que abarque toda a área das UCs.

Em relação ao caso da Resex de Cassurubá, Ricardo Brochado informou que a CCDRU ainda não foi assinada e que a SPU propôs o repasse de 68% do território, equivalente à área indubitavelmente da união (da marinha). Informou ainda que o ICMBio consultou a associação beneficiária da Resex sobre seu acordo com essa proposta e que eles indicaram que sim.

Moara Giasson (DAP/MMA) reforçou que no que se refere ao MMA não há um entendimento de que a assinatura da CCDRU marinha exclua a necessidade de que também seja feita a CCDRU do resto da área. A CCDRU para o restante da área será ainda necessária, mesmo que demandando maior tempo para que seja analisada.

**Recomendação: marcar conversa com SPU para verificar como está sendo conduzida a CCDRU da Resex de Cassurubá (ICMBio).**

Julia Zapata (DIMAN/ICMBio) informou que irá verificar como essa questão está sendo conduzida e dará um retorno à Confrem. Carlos Alberto Santos (Confrem) informou que vai haver uma reunião da Confrem nos dias 7 a 9 de maio e que é importante que tenham essas informações antes dessa reunião.

Ainda sobre as ACREs, Ricardo César (ABEMA) informou que estão implementando áreas no-take em Maceió, com gestão local. Teresa Cristina Soares (EMA/MB) reforçou que algumas áreas como ilhas oceânicas e outras áreas da marinha que tem interesse de conservação também podem ser consideradas como ACREs, uma vez que tem como um de seus objetivos a conservação. Acrescentou que essas áreas possuem equipe mínima para manutenção de atividade de segurança da navegação, mantidas pelas forças armadas, que contribuem para a conservação.

## **VII. Consolidação: Apresentação do andamento da consolidação das UCs federais**

Adriana Leão (DIMAN/ICMBio) apresentou o andamento das ações de consolidação das UCs federais (anexo 4) e Carlos Alberto Santos (Confrem) apresentou o andamento das ações dos subprojetos de integração com as comunidades (anexo 5).

Mariana Pereira (DAP/MMA) ressaltou os resultados concretos dos subprojetos, conforme apresentado na oficina de subprojetos realizada no início de abril.

José Conceição (Confrem) ressaltou a importância de que a coordenação do Projeto conheça as atividades que estão acontecendo no nível local, tanto com apoio do GEF Mar como desencadeadas pelas articulações realizadas com apoio do Projeto. Carlos Alberto Santos (Confrem) reforçou a importância de que outros projetos apoiados pelo Banco Mundial também reconheçam a importância das ações com as comunidades. Adriana Moreira (Banco Mundial) se disponibilizou a fazer essa mediação entre a Confrem e a Gerência do Projeto Bahia Pesca, para conversar sobre essa questão.

Adriana Moreira (Banco Mundial) reforçou a importância de deixar registrados os bons aprendizados do GEF Mar para a revisão de meio termo e para próximos projetos. Também reforçou a importância da integração das ações dos subprojetos executados pelas comunidades locais com as ações das UCs, uma vez que são ações complementares e integradas que convergem para um objetivo comum.

## **VIII. Áreas prioritárias para a conservação da zona marinha e costeira**

Ana Paula Prates (DECO/MMA) apresentou o andamento da revisão das áreas prioritárias para a conservação da zona marinha e costeira (anexo 6).

Teresa Cristina Soares (EMA/MB) lembrou que as informações das áreas prioritárias são dados importantes relacionados ao Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, principalmente o 14, mas a outros também. Ana Paula Prates (DECO/MMA) informou que essa integração está sendo feita juntamente com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e que foi identificado que a falta de dados e estatística pesqueira tem sido a grande lacuna para a medição desses indicadores (ODS). Teresa Cristina (EMA/MB) propôs que a integração desses dados pode ser tratada no âmbito da CIRM. Siddhartha Costa (MCTIC) informou que a CIRM irá criar um Grupo de Trabalho (GT) para discutir o ODS 14 e que esse é um fórum onde essa integração deve ocorrer. Informou ainda que esse grupo será criado na reunião da CIRM da próxima semana.

Ana Paula Prates (DECO/MMA) complementou a discussão apontando que esses dados também podem servir de base para o Planejamento Espacial Marinho. Adriana Moreira (Banco Mundial) reforçou a importância do acompanhamento desses dados, acrescentando que o Brasil é um dos poucos países que o faz de forma continuada, permitindo um planejando mais integrado e consistente, que pense sobre a biodiversidade num contexto maior, incluindo os demais setores.

## **IX. Sustentabilidade Financeira**

Mariana Pereira (DAP/MMA) apresentou as ações em andamento com vistas à sustentabilidade financeira do sistema de áreas marinhas e costeiras protegidas (anexo 7).

Julia Zapata (DIMAN/ICMBio) esclareceu que em relação à compensação ambiental destinada ao ICMBio, a definição da destinação do recurso não significa que já foi pago, e informou que a forma como esse recurso será executado ainda está em negociação. Acrescentou que o ICMBio propôs uma Medida Provisória que prevê o aporte desse recurso em um Fundo, que facilitaria o aporte pelos devedores. Sobre a destinação, esclareceu que não é para todas as UCs do GEF Mar, mas para aquelas elegíveis para destinação de recurso de compensação ambiental.

Sobre o Termo de Compromisso assinado entre Ibama e Petrobras, Fernanda Marques (Funbio) reforçou que ele prevê pagamentos mensais em 24 meses, não sendo depositado por completo de uma única vez.

Sobre a conversão de multas, Julia Zapata (DIMAN/ICMBio) informou que no caso do ICMBio essa modalidade vale apenas para novos autos de infração e que o recurso é menor do que o do IBAMA, mas que já foi instituída uma câmara para coordenação da destinação desse recurso.

Fernanda Marques (Funbio) questionou se os indicadores para esse componente precisarão ser revistos em função da nova estratégia do projeto de apoiar a Iniciativa Azul do Brasil - IAB. Adriana Moreira (Banco Mundial) esclareceu que o importante é alcançar o resultado proposto pelo Projeto e que como essa nova estratégia tem esse enfoque, precisa apenas ser bem esclarecido como será essa contribuição.

## **X. Gestão financeira do Projeto**

Daniela Leite (Funbio) apresentou o andamento da execução dos recursos do Projeto (anexo 8). Ao final da apresentação, acrescentou que para a Missão de Meio Termo será feita uma apresentação dos prazos que estão sendo realizados para compras e contratações de cada tipo de bens e serviços.

## **XI. Planos de Ação Nacionais**

Anna Carolina Lins (DIBIO/ICMBio) apresentou o andamento das ações de coordenação dos Planos de Ação Nacionais, realizadas pelo ICMBio (anexo 9).

## **XII. Informes e encerramento do primeiro dia**

Mariana Pereira (DAP/MMA) repassou informe enviado por e-mail por Alexander Turra (IO-USP) sobre o simpósio de conservação marinha que será realizado no Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação de 31/07 a 02/08 em Florianópolis, que envolve um processo de consulta sobre os desafios para cumprimento da meta de Aichi 11 e Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14.5 e que visa estabelecer uma parceria nacional para a conservação marinha.

Julia Zapata (DIMAN/ICMBio) lembrou que é importante pensar como o Projeto GEF Mar pode ser divulgado no CBUC. Mariana Pereira (DAP/MMA) esclareceu que essa conversa deve ser feita juntamente com as demais discussões sobre a participação do MMA e ICMBio no CBUC, em andamento.

Mariana Pereira (DAP/MMA) encerrou a reunião, lembrando a todos os assuntos que ficaram para serem discutidos no dia seguinte.

## **XIII. Abertura do segundo dia**

Mariana Pereira (DAP/MMA) abriu a reunião coordenando uma nova rodada de apresentação dos presentes no segundo dia de reunião.

## **XIV. Pesquisa e Monitoramento**

Kátia Torres (DIBIO/ICMBio) apresentou o andamento das ações de pesquisa e monitoramento realizadas pelo ICMBio (anexo 10). Ao final da apresentação, acrescentou que no âmbito do Componente 2, estão sendo pensadas estratégias de sustentabilidade dos diversos monitoramentos realizados. Já em relação à pesquisa, esclareceu que o foco é trabalhar com seminários de pesquisa, pensando em difundir o conhecimento local, com participação das instituições locais, para integração das pesquisas em andamento. Informou ainda que estão elaborando um Plano Estratégico para a pesquisa e gestão do conhecimento.

Andrei Polejack (MCTIC) pontuou que estão trabalhando em diversas frentes junto com o SIBBr. Também lembrou do edital Baías do Brasil (Baía de Guanabara, Todos os Santos e São Marco), lançado pelo MCTIC, que tem como foco integrar áreas de conhecimento para desenvolvimento sustentável com foco nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS. Nesse âmbito, estão pensando em organizar um seminário em Brasília, para inicialização dos projetos, para o qual irá convidar o ICMBio. Reforçou que também estão discutindo formas de gestão de dados. Por fim, informou que o MCTIC está pensando em colocar uma Estação de Pesquisa em Fernando de Noronha, uma vez que já existe uma em São Pedro e São Paulo e em Trindade. Informou que a Marinha já disponibilizou um terreno, mas que o MCTIC está tentando viabilizar recurso para construção do prédio. Pontuou que a articulação com ICMBio nesse ponto é de grande importância, uma vez que também desenvolvem pesquisa na região devido às unidades de conservação existentes.

Carlos Alberto Santos (Confrem) apontou que o estreitamento da relação entre os pesquisadores e as comunidades, tanto do MMA como de outras instituições locais, é muito importante para as comunidades. Acrescentou que o esfacelamento da gestão pesqueira tem tido como consequência a elaboração de legislações que não refletem a realidade da ponta e que cerceiam os direitos dos pescadores. Reforçou que o último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que levantou a produção de carnicultura, não considera as unidades de uso coletivo como unidade censitária para fazer levantamento da produção, fazendo com que a produção das comunidades tradicionais não seja visualizada. Por isso, reforçou a importância da parceria do ICMBio com as universidades e comunidades locais para viabilizar o automonitoramento, que permitirá a perda da invisibilidade desse setor e o reconhecimento pelas comunidades da importância do monitoramento para elas. Finalizou reforçando que os dados precisam estar acessíveis aos pescadores e lembrando que os problemas com a gestão do Registro Geral da Pesca – RGP tem feito com que muitos pescadores não consigam registros e licenças.

Mariana Pereira (DAP/MMA) reforçou que essa é uma preocupação do MMA e ICMBio, e que ambas as instituições têm buscado uma integração das agendas nessa linha, com apoio dos projetos GEF Mar e Terramar.

## **XV. Avaliação do estado de conservação das espécies**

Rodrigo Jorge (DIBIO/ICMBio) apresentou as ações realizadas pelo ICMBio para a avaliação do estado de conservação de espécies costeiras e marinhas (anexo 11).

Ao final da apresentação Bianca Mattos (DESP/MMA) perguntou como está sendo feita a integração do monitoramento com o Sistema de Avaliação do Estado de Conservação da Biodiversidade – SALVE, para orientar a avaliação de espécies. Rodrigo Jorge (DIBIO/ICMBio) informou que atualmente as consultas amplas geram dados que são incorporados ao sistema, mas que isso não é suficiente. O monitoramento está pensando qual será a forma de discutir esses dados e organizá-los. Buscam ajustar os procedimentos para que contemplem os componentes necessários para avaliação das espécies e, assim, terem ideias de tendências populacionais das espécies de uso. Além disso, informou que os dados ainda não estão sendo atualizados de forma automatizada.

Katia Torres (DIBIO/ICMBio) esclareceu que os dados do monitoramento (coletados por meio de protocolos) mostram a tendência populacional por meio de números, que são incorporados no processo de avaliação. Entretanto, muitos monitoramentos não são estruturados de forma organizada de forma que outros sistemas ou processos sejam capazes de assimilar. Existem metodologias para isso, mas ainda em estruturação. Exemplificou que para a pesca artesanal, por exemplo, assim como em outros monitoramentos nas UCs, deve-se focar primeiro em estabelecer *o que* monitorar, *porque*, e *como* para que posteriormente os dados de saída sejam integrados.

Ronaldo Weigand (consultor contratado pelo GEF Mar para realizar a avaliação de meio termo do Projeto) questionou como a avaliação de espécies ameaçadas se reflete nas demais atividades apoiadas pelo Projeto. Rodrigo Jorge (DIBIO/ICMBio) esclareceu que o processo é mais completo do que apenas uma avaliação populacional. Esclareceu que nas oficinas são discutidas as ações necessárias para o monitoramento e conservação das espécies e que esses dados contribuem para a orientação das demais ações do Projeto. Acrescentou que estão em processo de inserção dos dados em um banco de dados eletrônico para que as informações sejam mais facilmente disponibilizadas e facilmente acessadas para a gestão da UC. Por fim, ponderou que embora tentem dar um enfoque regional nas oficinas realizadas, na escala local é difícil o gestor conseguir usar esses dados uma vez que a avaliação é nacional.

Carlos Alberto Santos (Confrem) pontuou que muitas informações das comunidades não foram consideradas nas avaliações, assim como os impactos dos outros setores que não a pesca na viabilidade das espécies. Como exemplo, citou que o principal fator que faz com que o Guaiamum seja ameaçado de extinção é a perda de habitat (por competição com outras atividades como a especulação imobiliária, lixões, entre outras). Acrescentou que os locais onde ainda existe Guaiamum são os locais onde estão os pescadores artesanais que lidam com essa espécie cotidianamente. Reforçou que esse dado deve ser considerado nas próximas avaliações e acrescentou que deve ser considerado como especialista não apenas os acadêmicos, mas também os pescadores artesanais que sabem onde são as áreas de existência dessas espécies, os fatores que influenciam em sua ameaça, entre outros. Citou que outras ameaças como a poluição e carcinicultura devem ser consideradas. Concluiu pontuando que os acordos de pesca ajudam a regulamentar a pesca mas não regulamentam as demais atividades que ameaçam a espécie, e que quem coordena a regulamentação da pesca são os mesmos órgãos que deveriam também regulamentar as demais atividades. Finalizou colocando a Confrem à disposição para contribuir com essas discussões para que lista de espécies ameaçadas reflita realmente as realidades locais.

José Conceição (Confrem) acrescentou que a definição de pesca artesanal engloba embarcações e quantidades de pesca muito grandes, que fazem com que os pescadores de fato artesanais não tenham visibilidade nessa categoria. Também lembrou que é preciso pensar em planos para as áreas que ainda não estão tão ameaçadas, considerando planos de manejo para onde ainda há a espécie em abundância e de restrição para onde de fato ela está ameaçada. Ressaltou por fim a importância de realização de pesquisas regionalizadas, uma vez que a época de reprodução em uma região é diferente da de outras.

Rodrigo Jorge (DIBIO/ICMBio) concordou com as colocações, reconhecendo que os efeitos da Portaria MMA 445/14 geraram uma crise grave, mas que essa crise desencadeou uma série de reavaliações de procedimentos, que têm sido incorporados pelo ICMBio. Acrescentou que o que será feito a partir do diagnóstico das principais ameaças será discutido na sequência, pensando em como a Portaria pode incorporar as diferenças nas restrições de uso em função das diferentes áreas. Concluiu informado que pretendem avançar para que isso seja incluído na avaliação.

## **XVI. Planos de Redução de Impactos (PRIM)**

Guth Berger (DIBIO/ICMBio) apresentou as ações realizadas pelo ICMBio visando a estruturação de Planos de Redução de Impactos - PRIM (anexo 12).

Ao final da apresentação, Mariana Pereira (DAP/MMA) perguntou sobre a integração das ações apresentadas com a diretoria de licenciamento do IBAMA e a diretoria de autorização de licenciamento do ICMBio. Guth Berger (DIBIO/ICMBio) esclareceu que há uma relação muito próxima com a coordenação do ICMBio que trata de licenciamento, e que já fizeram algumas reuniões com o IBAMA para apresentação da ferramenta, nas quais o IBAMA demonstrou interesse, entendendo que pode ajudá-los a tomar algumas decisões de forma mais segura. Mariana Pereira (DAP/MMA) reforçou que a integração com o IBAMA é de grande importância, uma vez que realizam estudo desde 2015 para padronizar o jeito de avaliação de impacto nas diferentes áreas.

Marcia Oliveira (DGAT/MMA) parabenizou a apresentação e acrescentou que as informações apresentadas podem contribuir com as conversas na Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) como uma visão mais estratégica. Perguntou como as ações estão integradas com o processo de definição de áreas prioritárias para a conservação, em termos de dados e modelos. Guth Berger (DIBIO/ICMBio) esclareceu que embora tenham tomado cuidado para não estar em desacordo com o que as áreas prioritárias apresentam, o PRIM é mais focado em espécies sensíveis a uma pressão específica, enquanto as áreas prioritárias consideram uma abrangência mais ampla. Marcia Oliveira (DGAT/MMA) ponderou que o resultado do PRIM pode contribuir com o amadurecimento da definição de áreas prioritárias.

Andrei Polejack (MCTIC) pontuou que estava impressionado com o resultado obtido, mas que teme o fato de que foi adaptado de metodologias para a área terrestre. Acrescentou que o uso de modelos tem uma acurácia no oceano de 20%, de forma que é possível que a modelagem não reflita de fato a realidade, principalmente porque entende que a fonte provavelmente não é confiável uma vez que os detentores dos dados (indústria de petróleo e gás) não os liberam. Também reforçou a dificuldade de entender os estratos, uma vez que o mapeamento é planejado. Concluiu recomendando cuidado para não usar os resultados apresentados como base para tomadas de decisão, uma vez que podem estar embasados em dados não necessariamente reais. Sugeriu que sejam alinhadas zonas com melhor conhecimento e mais fundamentadas, ao invés de usar as áreas propostas pela WWF, focando em áreas mais específicas com disponibilidade de informações sobre corrente, fundo marinho, entre outras. Citou como exemplo a região da Cadeia Vitória Trindade, para a qual entende ser necessária uma maior sensibilidade para apresentação do produto, enfatizando a limitação dos dados utilizados. Sugeriu começar com um piloto numa área que já possua uma boa quantidade de dados disponíveis e depois ir refinando a metodologia. Guth Berger (DIBIO/ICMBio) esclareceu que ferramentas como essa trabalham com camadas de incerteza, em que fica claro onde há maior certeza e o que não pode ser usado com segurança e demanda mais dados. Andrei Polejack (MCTIC) se colocou à disposição para apoio e sugeriu também contato com a Marinha.

Kátia Ribeiro (DIBIO/ICMBio) ponderou que é muito importante informar as incertezas, mas ao mesmo tempo é importante ultrapassar a barreira para tomada de decisão, de forma a tomar decisões sabendo das incertezas. Acrescentou que num processo de modelagem diversas decisões são tomadas ao longo do processo e, portanto, esse processo deve sempre ser participativo. Em relação ao mar, ponderou que há uma paralisia na tomada de decisões porque faltam representações, mesmo que simplificadas, das diferentes regiões marinhas.

Teresa Cristina Soares (EMA/MB) completou dizendo que devem ser consideradas as diferenças entre os ambientes terrestres e marinhos e que se deve ter critério no uso desses dados. Reconheceu que há uma

lacuna de informações importantes e que os projetos da CIRM podem contribuir bastante para minimizar essa lacuna.

## **XVII. Encaminhamentos e encerramento**

Carlos Alberto Santos (Confrem) entregou ofício com demandas das comunidades pactuadas na oficina de monitoramento, avaliação e continuidade dos subprojetos de integração com as comunidades (anexo 13). Informou que o ofício inclui solicitação de incorporação de outras unidades de conservação ao Projeto, perguntando se a escolha destas seria informada antes da próxima reunião do Conselho. Mariana Pereira (DAP/MMA) informou que as solicitações apresentadas pela Confrem por meio do ofício, assim como as que chegaram de outras instituições, serão analisadas, que essa definição será feita no âmbito da avaliação de meio termo do Projeto, e que assim que elas forem definidas, serão comunicadas a todos os membros do Conselho.

Tathiana Chaves (DIBIO/ICMBio) reforçou a importância de fortalecer a articulação entre os executores do Projeto, propondo uma revisão da rede de impactos do Projeto com todos os executores e o estímulo à integração de agendas dos diversos Projetos relacionados ao mesmo tema.

**Recomendação: elaboração de agenda integrada com as ações executadas pelo Projeto para compartilhamento entre todos.**

Mariana Pereira encerrou a reunião informando que as apresentações e memória da reunião serão enviadas a todos os presentes, incluindo uma tabela com a sistematização das recomendações dessa reunião (apresentada abaixo), e sugeriu como data para a próxima reunião o dia 22 de outubro de 2018.

<b>Nº</b>	<b>O QUE</b>	<b>QUEM</b>	<b>QUANDO</b>
1	Sugerir ao GTT de gestores o envolvimento de representantes locais da marinha atuantes nas regiões do Projeto nas reuniões do Grupo de Trabalho.	UCP/MMA	Antes da próxima reunião do GTT.
2	Envolver a DIBIO nas discussões sobre a Iniciativa Azul do Brasil	DIMAN/ICMBio	Próximas reuniões sobre a IAB
3	Envolver CNPT no planejamento e integração das ações do Projeto	UCP/MMA	Próximo ciclo de planejamento do GEF Mar
4	Verificar junto à SPU como está sendo conduzida a CCDRU da Resex de Cassurubá (ICMBio)	DIMAN/ICMBio	Maio/2018
5	Elaborar agenda integrada com as ações executadas pelo Projeto para compartilhamento entre todos	UCP/MMA	Junho/2018

**Tabela 4: Recomendações da 4ª Reunião do Conselho do Projeto GEF Mar**